



## POLÍCIA FEDERAL

# O elo golpista

Minuta de decreto apócrifa com medidas para anular o resultado das eleições de 2022 e prender ministros do Supremo é vista por investigadores como prova da ligação entre diferentes crimes nos quais Jair Bolsonaro é investigado

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que uma organização criminosa atuou para permitir o funcionamento de uma estrutura paralela e ilegal de espionagem na Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Para os investigadores, uma prova obtida durante as investigações estabelece a ligação com outros inquéritos. Trata-se da minuta do golpe, um documento apócrifo, ou seja, sem valor legal, encontrado no celular de diversos investigados. Uma cópia impressa também foi apreendida na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres.

Os documentos com teor golpista encontrados em diferentes endereços e equipamentos de informática de investigados não são idênticos, mas têm objetivos semelhantes: anular o resultado das eleições de 2022, suspender o poder da Justiça Eleitoral e dar subsídios para prender ministros do STF. O elo que faltava para interligar os inquéritos foi encontrado durante a investigação do esquema de espionagem na Abin. A PF descobriu que, pelo menos, dois policiais que atuaram na Abin e no esquema ilegal de monitoramento sabiam da existência da minuta e de eventual "oficialização" dos efeitos do documento por parte do então presidente Jair Bolsonaro.

A minuta foi citada em diálogos mantidos entre o militar Giancarlo Gomes Rodrigues e seu superior, o policial federal Marcelo Araújo Boramevet. Em um dos trechos de mensagens interceptadas pela PF, Boramevet pergunta a Giancarlo sobre o documento. "O nosso PR (presidente da República) imbrochável já assinou a p\*\*\*\* do decreto?". O militar responde: "Assinou nada. Tá f\*\*\* essa espera, se é que vai ter alguma coisa".

O relatório policial destaca que "as referências relacionadas ao rompimento democrático declaradas pelos policiais são

Ed Alves/CB/DA.Press



Casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, no Jardim Botânico, em Brasília, onde a Polícia Federal encontrou uma cópia da minuta golpista

circunstâncias relevantes que indicam, no mínimo, potencial conhecimento do planejamento das ações que culminaram na construção da minuta do decreto de intervenção (na Justiça Eleitoral)".

Para os investigadores, todos os elementos giram em torno de uma trama golpista que começou a ser articulada no segundo semestre de 2022. Temendo perder as eleições, Jair Bolsonaro e aliados teriam usado a estrutura pública para vigiar críticos e tentar criar falsas narrativas para minar a credibilidade de ministros do Supremo, servidores públicos, deputados, senadores, integrantes do Poder Executivo e jornalistas.

### "Destruir reputações"

As diligências apontam que a Abin paralela seria um eixo montado para destruir reputações. A venda de joias sauditas recebidas por Bolsonaro quando era presidente seriam a maneira de financiar a saída dele do país. A falsificação nos cartões de vacina seriam um meio para facilitar a entrada do então presidente e sua família nos Estados Unidos.

No caso da investigação sobre as joias, "os elementos de prova colhidos demonstraram que (o ajudante de ordens) Mauro Cesar Lourena Cid recebeu, em nome e em benefício de Jair Messias Bolsonaro, pelo menos, US\$ 25 mil; que teriam sido repassados

em espécie para o ex-presidente, visando, de forma deliberada, não passar pelos mecanismos de controle e pelo sistema financeiro formal. Os dados ainda indicam, a utilização de uma conta bancária, provavelmente vinculada a Lourena Cid, para movimentação de valores, que podem ser oriundos da venda de outros itens ainda não identificados recebidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e desviados do acervo público brasileiro, pelos investigados", destaca um trecho do relatório policial.

Os investigadores suspeitam de que os recursos podem ter sido usados para bancar a estadia de Bolsonaro e de familiares no exterior, e apontam a movimentação de até R\$ 6,8 milhões. No

fim de 2022, após perder a eleição e antes da posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Bolsonaro viajou para Miami no avião presidencial. Ele permaneceu por três meses nos Estados Unidos, retornando ao Brasil em março de 2023, quando já era acusado de ter incitado os atentados de 8 de janeiro, quando extremistas invadiram as sedes dos Três Poderes.

Tedney Moreira, professor de direito criminal do Ibmecc Brasília, explica que uma mesma prova pode ser utilizada em mais de uma investigação. "Na fase investigativa, é possível que um mesmo indício seja utilizado para outras investigações, desde que os crimes em apuração sejam conexos", diz.

Atualmente, todos os inquéritos estão sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo. Tedney destaca que a conexão entre os crimes justificam a prevenção para o mesmo magistrado.

"O Código de Processo Penal (CPP) permite a conexão de ações penais para a definição do juiz competente para julgamento em três hipóteses: quando, ocorrendo duas ou mais infrações, essas tiverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas em concurso, ainda que o tempo e o lugar sejam diferentes; quando, no mesmo caso, houver algumas infrações cometidas para facilitar ou ocultar as outras, garantindo a sua impunidade ou vantagem; e, por fim, quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração — sendo essa última hipótese a que mais se ajusta ao caso do ex-presidente Bolsonaro", completa.

Em nota, a defesa de Jair Bolsonaro afirmou que, em relação ao inquérito das joias, não houve irregularidades e que todos os itens foram respondidos pelo ex-presidente. Além disso, os advogados sustentam que o ministro Alexandre de Moraes e o STF não têm competência legal para atuar em nenhum dos inquéritos.

"A presente investigação — assim como as demais que colocam hodiernamente o ex-presidente como protagonista —, ressoante-se, ainda, da evidente incompetência do Supremo e da inexistência de qualquer prevenção do ministro Alexandre de Moraes enquanto relator, aspecto sobre o qual a Procuradoria-Geral da República, já em agosto de 2023, expressamente, declinou da competência para a tramitação da apuração, indicando o Juízo de 1ª instância em Guarulhos. Como sói (costuma) acontecer nos feitos que envolvem o ex-presidente, a apuração permaneceu tramitando na Suprema Corte, ignorando-se a manifestação da PGR", destaca o texto.

## Bolsonaro recebeu dólares das joias na viagem a Nova York

Na mesma viagem a Nova York em que recebeu, segundo a Polícia Federal, um repasse do dinheiro oriundo da venda ilegal de joias, em setembro de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) discursou para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e disse que seu governo "extirpou a corrupção sistêmica" do país. Segundo a Polícia Federal (PF), que indiciou Bolsonaro por três crimes no último dia 4, o ex-presidente recebeu cerca de US\$ 30 mil do general Mauro César Lourena Cid em um hotel de luxo da cidade americana.

A defesa do ex-presidente negou que o repasse citado pelo relatório final da PF tenha ocorrido. A equipe de reportagem também procurou a defesa do general Mauro César Lourena Cid, mas não obteve retorno. Quatro dias após ser indiciado, Bolsonaro disse esperar "muitas outras correções" do relatório final da PF, após os investigadores apontarem um "erro material" que definiu o valor das joias desviadas por ele e outros investigados.

Naquela ocasião, Bolsonaro participava da 77ª Assembleia

da ONU, em 20 de setembro de 2022. No discurso, feito em plena campanha eleitoral para a Presidência, ele atacou o Partido dos Trabalhadores (PT) e o então candidato da oposição Luiz Inácio Lula da Silva por conta do escândalo da Operação Lava-Jato.

"No meu governo, extirpamos a corrupção sistêmica que existia no país. Somente entre o período de 2003 e 2015, quando a esquerda presidiu o Brasil, o endividamento da Petrobras por má gestão, loteamento político e desvios chegou à casa dos US\$ 170 bilhões de dólares. O responsável por isso foi condenado em três instâncias por unanimidade", afirmou Bolsonaro, referindo-se ao seu principal adversário.

Na realidade, a PF estimou, em novembro de 2015, perdas de R\$ 42,8 bilhões na Petrobras com irregularidades investigadas pela Lava Jato. Segundo o relatório final da corporação sobre o caso da venda ilegal de joias, revelado inicialmente pelo Estadão em uma série de reportagens em março do ano passado, Bolsonaro se encontrou com Lourena Cid no mesmo dia em

Ludovic Marin/AFP - 24/9/19



Bolsonaro na ONU, em 2022: "Extirpamos a corrupção sistêmica"

que fez o discurso na ONU. O general é pai do tenente-coronel Mauro César Barbosa Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e delator nas principais investigações que miram o ex-presidente. Os dois também foram indiciados pela PF.

Em depoimento aos investigadores, Lourena Cid admitiu que repassou cerca de US\$ 30 mil da venda ilegal de joias no Omni Berkshire Place, um hotel de luxo em Manhattan.

"Indagado sobre como se deu o repasse dos valores decorrentes

da venda dos relógios Patek Philippe e Rolex, respondeu que os valores foram repassados de forma fracionada conforme a disponibilidade de encontros com o ex-presidente Jair Bolsonaro; que se recorda de ter repassado ao ex-presidente uma parte do valor, quando de sua ida à cidade de Nova York para um evento da ONU; que repassou os valores quando visitou o ex-presidente no hotel em que este se hospedava em Nova York", diz um trecho do interrogatório de Lourena Cid na Polícia Federal.

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi indiciado pelos crimes de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro pela venda ilegal de joias da Presidência da República. Caso seja condenado pelos três crimes, o ex-chefe do Executivo pode pegar de 10 a 32 anos de prisão, conforme a legislação vigente.

Além de Bolsonaro, Lourena Cid e Mauro Cid, foram indiciadas mais nove pessoas. Entre os nomes apontados pela PF como integrantes da organização criminosa, estão dois ex-ministros: Fabio Wajngarten, que

comandava a Secretaria de Comunicação Social (Secom), e Bento Albuquerque, ex-chefe do Ministério de Minas e Energia.

No dia do indiciamento, Wajngarten afirmou, pelo X (antigo Twitter), que não violou a lei e que seu indiciamento é abusivo. "O meu indiciamento pela Polícia Federal se baseia na seguinte afronta legal: advogado, fui indiciado porque, no exercício de minhas prerrogativas, defendi um cliente, sendo que, em toda a investigação, não há qualquer prova contra mim. Sendo específico: fui indiciado pela razão bizarra de ter cumprido a lei!", escreveu.

No último dia 8, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes deu um prazo de 15 dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se pronunciar sobre um possível oferecimento de denúncia contra os investigados. O MPF decidirá se apresenta uma acusação formal à Justiça, o que pode levar à abertura de uma ação penal no Supremo. Além disso, o Ministério Público pode solicitar mais investigações ou arquivar o caso.